

RE nos EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.176 - RS (2019/0123848-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : M G DE M (PRESO)
ADVOGADOS : JEFFERSON BUENO - RS041609
ANGELA CRISTINA ALMEIDA CARLAN - RS037041
ALBA SILVA MARQUES E OUTRO(S) - RS045583
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEIS. AUSÊNCIA DE EFEITO INTERRUPTIVO. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por M G DE M, com fulcro no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, contra acórdão proferido pela Quinta Turma desta Corte Superior de Justiça, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ENUNCIADO N. 182 DA SÚMULA DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial por ausência de prequestionamento (Súmula n. 211/STJ) e porque o acórdão se assentou em mais de um fundamento válido e a parte impugnou apenas o desrespeito à Súmula vinculante n. 56 do STF (Súmula n. 283/STF). No entanto, no agravo em recurso especial foram feitas apenas considerações acerca da falta de prequestionamento. Não tendo a parte tecido qualquer consideração com relação à Súmula n. 283/STF.

2. Deixando a parte agravante de impugnar especificamente os fundamentos da decisão impugnada na origem, é de se aplicar o Enunciado n. 182 da Súmula deste Superior Tribunal.

3. Agravo a que se nega provimento (fl 320).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 356). Posteriormente, foram opostos novos embargos de declaração, que não foram conhecidos (fl. 387).

Nas razões deste recurso extraordinário (fls. 397/409), sustenta a parte recorrente, em síntese, que foi violado o art. 5º, incisos XXXIX, XLVI e LVII, da Constituição Federal.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 423/430.

É o relatório.

O recurso extraordinário não deve ser admitido, por manifesta intempestividade.

Os segundos embargos de declaração opostos pela parte ora recorrente não foram conhecidos, pois considerados manifestamente inadmissíveis, consoante se extrai da seguinte ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIO. INOCORRÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

1. O art. 619 do Código de Processo Penal disciplina que "aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias contados da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão". Por construção jurisprudencial, os embargos declaratórios têm sido admitidos com o fito de sanar eventual erro material na decisão embargada.

2. O embargante não indicou que o acórdão padeceria de qualquer dos vícios que autorizariam o manejo dos aclaratórios, tendo se limitado a veicular indevida inovação recursal.

3. Embargos de declaração não conhecidos (fl. 387).

Nesse passo, os referidos embargos de declaração não interromperam o prazo para a formulação dos recursos posteriores e, notadamente, do recurso extraordinário.

A respeito da ausência do efeito interruptivo dos embargos declaratórios manifestamente inadmissíveis, confirmam-se alguns julgados abaixo, *mutatis mutandis*:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NA ORIGEM. MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEIS. NÃO INTERRUÇÃO DO PRAZO. APELO NOBRE INTEMPESTIVO.

1. É intempestivo o recurso especial interposto após o prazo legal.

2. Os embargos de declaração manifestamente inadmissíveis não interrompem o prazo para a interposição de outros recursos.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 760.576/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 29/09/2017)

PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. REGIMENTAL ANTERIOR INTEMPESTIVO. NÃO INTERRUÇÃO DO PRAZO. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

1. O cabimento dos embargos de declaração em matéria criminal está disciplinado no artigo 619 do Código de Processo Penal, sendo que a inexistência dos vícios ali consagrados importam no desacolhimento da pretensão aclaratória.

2. "Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, os recursos manifestamente incabíveis ou intempestivos não são capazes de interromper ou suspender os demais prazos recursais". (EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1512376/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA,

PRIMEIRA TURMA, DJe 19/05/2016) 3. Embargos de declaração não conhecidos.

(EDcl no AgRg no AREsp 1026988/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 26/06/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECURSO INTEMPESTIVO. SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS NO TRIBUNAL ESTADUAL. COMPROVAÇÃO POR DOCUMENTO IDÔNEO NÃO DEMONSTRADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA O JUÍZO NEGATIVO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL, NÃO INTERRUÇÃO DO PRAZO RECURSAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Aplicabilidade do novo Código de Processo Civil, devendo ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, eventual suspensão do prazo recursal, decorrente de ausência de expediente ou de recesso forense, feriados locais, entre outros, nos tribunais de justiça estaduais, deve ser comprovada por documento idôneo.

3. O único recurso cabível da decisão de admissibilidade do recurso especial é o respectivo agravo, razão pela qual a oposição de embargos de declaração não tem o condão de interromper o prazo recursal.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp n. 1.009.335/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 21/3/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO QUE INADMITIU O ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTERRUÇÃO DO PRAZO. INOCORRÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, a interposição de recurso manifestamente incabível não interrompe o prazo recursal.

3. No caso, os embargos de declaração, opostos contra a decisão que inadmitiu o recurso especial, não são o recurso adequado ou cabível à espécie. Precedentes.

4. "O único recurso cabível da decisão de admissibilidade do recurso especial é o respectivo agravo, razão pela qual a oposição de embargos de declaração não tem o condão de interromper o prazo recursal" (AgInt no AREsp 866.081/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 09/03/2017).

5. Hipótese em que a parte agravante foi intimada da decisão agravada em 14/06/2016, revelando-se intempestivo o agravo manejado

Superior Tribunal de Justiça

no dia 24/08/2016.

6. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp n. 1.002.982/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 16/5/2017)

In casu, extrai-se dos autos que o acórdão proferido no julgamento dos primeiros embargos de declaração do ora recorrente foi considerado publicado em 9.12.2019 (segunda-feira - certidão de fl. 361). Dessarte, a contagem do prazo quinzenal iniciou-se em 10.12.2019 (terça-feira) e encerrou-se em 3.2.2020 (segunda-feira). Ocorre, porém, que o recurso extraordinário somente foi protocolado em 19.2.2019, sendo, portanto, manifestamente intempestivo.

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente